



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 18 – Ano IX – 10/2020
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Nem só de trabalho vive o homem: a autonomia do poder e suas representações enquanto categorias

Prof. Dr. Márcio Achtschin Santos
Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Pós-Doutor em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Campus Mucuri / Teófilo Otoni – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1328175237194027>
E-mail: marcio.achtschin@ufvjm.edu.br

Resumo: Considerando as dificuldades de análise atuais para entender a ascensão do conservadorismo, especialmente o apoio entre os segmentos de baixo poder aquisitivo, o objetivo desse artigo é propor uma reflexão quanto às investigações desse e outros fenômenos realizadas a partir da categoria trabalho, principalmente no campo das representações no qual se privilegia a ideologia. Para tanto, procede-se uma discussão da relação entre o medo e o poder, suas possibilidades de autonomia como categoria e os seus desdobramentos representativos. Desse modo, observa-se que trabalho e ideologia são importantes como ferramentas no campo teórico, mas não suficientes para analisar todos os aspectos sociais. Permite-se assim concluir que o poder é uma categoria autônoma, descolada da categoria trabalho, ainda que se entrecruzem em diversas circunstâncias. A aplicação nesse modelo favorece a percepção de outros comportamentos humanos nos conflitos de interesse que não exclusivamente a razão, propondo assim mudanças teóricas e metodológicas na produção do conhecimento.

Palavras-chave: Poder. Medo. Trabalho. Ideologia. Razão.

Introdução

A partir da modernidade, o comportamento racional¹ assumiu um papel determinante nas análises sociais. Em uma longa trajetória, ganhou vigor nas mais diversas linhas de pensamento. Essa direção deve-se, dentre outros fatores, a aparente segurança em termos teóricos e metodológicos, apresentando respostas mais visíveis e regulares do comportamento humano. Na política, do mesmo modo, as pesquisas ainda têm como forte tendência a privilegiar uma lógica da ação motivada pela racionalidade.

E os de base marxista não escapam a essa tendência. A análise política direciona para o articulado, o planejado, o interesse de uma classe em dominar a outra, as manobras e as estratégias como respostas mais comuns ao problema posto. No campo das representações, o pensamento marxista conduz frequentemente ao ideológico.

Ainda que pertinentes em alguns casos, estas explicações normalmente construídas através de comportamentos racionais dificultam e/ou limitam o entendimento em situações que exigem a aplicação de representações com outros formatos que não o ideológico. Especialmente como em alguns países, como no Brasil, distante das experiências europeias ou norte-americanas, locais onde se formou outras culturas políticas.

A partir dessas considerações, as questões postas são: a tendência de analisar o poder privilegiando condutas baseadas no pensamento racionalmente organizado tem respondido plenamente às ações políticas da atualidade? Não seria necessário, com a complexidade dos interesses coletivos conflitantes, reconhecer novas manifestações na interação humana além do comportamento lógico? É possível encontrar regularidades nas relações de poder fora de atitudes coletivas racionais e que possibilite a construção de novos paradigmas teórico-metodológicos? A preferência pela utilização da ideologia como explicação no campo das representações tem sido suficiente para abarcar o fenômeno conservador e a reciprocidade de parte da população quanto a essa tendência?

Posta essas questões, esse artigo objetiva refletir sobre o uso do *poder* tendo como contraponto a perspectiva marxista. Ao mesmo tempo, tenciona analisar a utilização

¹ Considera-se racionalidade aqui correspondendo à ação humana na qual os indivíduos intencionalmente constroem planos lógicos que correspondem ao atendimento de suas necessidades (BAERT, 1997, p. 5). Ou, de um modo mais direto, Fábio Wanderley Reis (2010) conceitua a racionalidade como sendo relações entre meios e fins, presente em um conteúdo operatório de ato orientado objetivando a eficácia.

da ideologia como apropriação exclusiva para compreensão das representações políticas. Por fim, propõe possíveis alternativas teórico-metodológicas capazes de superar a lógica do comportamento racional construída e universalizada através da produção do conhecimento europeu.

Para atender os objetivos propostos, o artigo se divide em 6 partes: a primeira procura conceituar poder; em um segundo momento discute o poder em Marx e marxistas; no terceiro subcapítulo apresenta um debate em torno do medo e poder. Em seguida, faz uma reflexão quanto à inserção do medo nas representações marxistas. Na quinta seção, sugere como contribuição uma revisão teórico-metodológica ao incorporar o poder como uma categoria autônoma a ser utilizada para a análise da política. Por fim, na última parte, propõe alternativas para instrumentalizar a análise do poder e outras formas de representações fora daquelas motivadas exclusivamente pela razão.

O poder

Ressalta-se inicialmente que a proposta teórica em privilegiar o *poder* e não a *política* como categoria favorece uma flexibilidade muito maior para analisar as relações sociais, uma vez que esta remete à tradicional relação com o Estado. Não significa com isso que em qualquer ação relacional em que ocorra poder, exista política. Mas que a política pode estar presente em um espaço coletivo independente de haver ou não a presença do Estado, sendo necessário para tanto que um determinado grupo estabeleça de forma regular e contínua regras básicas próprias para a convivência.

Portanto, tratar de poder favorece uma leitura na qual se possibilita identificar e reconhecer a construção própria de relações coletivas onde não há necessariamente o controle do Estado, produzindo agentes ativos e dinâmicos em condições específicas de convivência. Tornam visíveis construções próprias de poder em grupos que vivem às margens da vida pública, dando autonomia a segmentos excluídos e suas estratégias, que tanto pode tensionar como aproximar da política formal.

A partir dessas ponderações, a consideração inicial a ser feita são as disputas conceituais sobre o poder: “A maneira a partir da qual os teóricos analisam, tipificam, delimitam conceitualmente ou compreendem o poder traz consequências para a pesquisa em-

pírica e para as demandas reais que dela resultam” (REED, 2014, p. 476). Portanto, ao tratar de poder faz-se necessário estabelecer em que fundamentação teórica esse artigo se ancorou: “Utilizar um termo sempre implica ter consciência da multiplicidade de compreensão e definição. É preciso saber de onde se fala, em que dicionário nos instalamos” (WUNENBURGER, 2013, p. 314). Nesse sentido, há o entendimento na literatura acerca do poder como sendo uma imposição, não necessariamente usando diretamente a força, de uma vontade de um agente sobre outro.

Abraham Kaplan e Harold Lasswell (1979) apresentam o poder citando Tawney, ao afirmar que “. . . pode ser definido como a capacidade de um indivíduo, ou grupo e indivíduos, modificar a conduta de outros indivíduos ou grupos da forma que quiser . . .” (TAWNEY *apud* KAPLAN; LASSWELL, 1979, p. 111). Ainda que os autores considerem esse domínio sobre outros através de privações efetivas ou ameaçadas, o poder não adota obrigatoriamente o uso de violência. Ou seja, o poder mantém o controle sobre outros, mas são muitos e diversos os meios para esse fim. Mas, mesmo que o exercício do poder não se ancore necessariamente na violência ou na força, “. . . é a ameaça de sanções que diferencia o poder da influência em geral” (KAPLAN; LASSWELL, 1979, p. 111).

Segundo Kaplan e Lasswell (1979) o poder é parte no processo decisório. O seu peso está diretamente relacionado com o grau de participação nas decisões: “. . . quando as reivindicações de poder de um dos grupos em questão é desprezível, este grupo está no domínio de alguns ou de todos os outros” (KAPLAN; LASSWELL, 1979 p. 115). Por sua vez, essas decisões dependem do nível de influência de quem detém o poder, podendo repousar na riqueza, na qualificação, no respeito, no afeto.

Mesmo nas sanções, para esses autores, estão presentes valores. O poder não se estabelece de modo isolado, precisando na conversão do poder “. . . seres humanos que valorizem suficientemente as coisas para, em troca, obedecer as suas ordens” (FRIEDRICH *apud* KAPLAN; LASSWELL, p. 112, 1979). Quanto mais valorizadas são as privações impostas, mais efetivo é o poder.

Para Stoppino (1998), a análise de poder no seu aspecto especificamente social é invariavelmente relacional, pois haverá sempre o outro para adotar determinado comportamento desejado por quem domina. Ainda que se tenha a posse de algo, como por exemplo, o dinheiro, o poder reside na relação entre pessoas: “. . . meu poder não reside

numa coisa . . . mas no fato de que existe um outro e de que este é levado por mim a comportar-se de acordo com os meus desejos” (STOPPINO, 1998, p. 934).

Essa relação tanto pode ser uma possibilidade, o que Stoppino (1998) chama de potencial, como pode ser o realizado, o que considera como atual. No caso do poder atual (ato), há a ação de um indivíduo ou um grupo alterando o comportamento de outro. Quanto às atitudes do poder atual, o italiano aponta a voluntariedade como comportamento pertencente às relações de poder, ainda que não seja necessariamente livre. Em outras palavras, quer seja no uso explícito da força ou formas pouco transparentes como a manipulação, há um mínimo de atitude voluntária do sujeito que se submete ao jugo do poder.

O uso do poder potencial, de acordo com Mario Stoppino, pode envolver tanto recursos possíveis. Destes, tanto existem meios materiais, como o uso da riqueza e a força, como também não materiais, caso da informação e do conhecimento. Por sua vez, sendo uma relação entre seres humanos, é preciso que o dominado reconheça esses recursos como necessários, sendo importante para o êxito do controle a “. . . escala de valores que prevalecer no ambiente social em que age” (STOPPINO, 1998, p. 937). O poder está estabilizado quando há grande possibilidade de aceitação do controle. Por sua vez, quando esse poder estabilizado tem funções coordenadas de forma regular, pode-se entender que está institucionalizado (STOPPINO, 1998).

Gérard Lebrun (2004) vincula poder à potência, sendo que esta seria a capacidade da realização de uma ação, de dispor de recursos que podem ser utilizados em qualquer instante. Lebrun utiliza como síntese desse princípio a definição de potência de Max Weber: “. . . toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade” (WEBER *apud* LEBRUN, 2004, p. 12).

Desse modo, não se pode excluir nas relações de poder o uso da força, mesmo que não se faça uso dela, mas que tenha capacidade de influir na conduta de outros: “. . . a força é a canalização da potência, é a sua determinação. E é graças a ela que se pode definir a potência na ordem das relações sociais ou, mais especificamente, políticas”. (LEBRUN, 2004, p. 12). Lebrun identifica a existência de poder quando há a evidência da potência e de forma bem definida, estabelecida por determinada força, em uma ordem a alguém que se pressupõe dever realizá-la.

Poder em Marx e marxistas

É consenso na obra marxiana e entre os marxistas considerar como categoria básica para análise social o trabalho. Já na “Ideologia alemã”, Marx e Engels apresentavam o trabalho como ponto de partida para analisar a sociedade:

Para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX; ENGELS. 1989, p. 23).

No clássico Prefácio à “Contribuição para a crítica da economia política”, o trabalho continuou como fio condutor de seus estudos. A produção material seria condicionante para toda construção humana:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais (MARX, 1973, p. 22).

Ao analisar as relações de poder a partir de Marx resulta necessariamente perceber as tensões políticas sob a categoria trabalho, inclusive quando faz referência ao Estado. O Estado seria então um braço de grupos dominantes economicamente e estaria a seu serviço: “sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns . . .” (MARX; ENGELS. p. 70, 1989). Mesmo as ponderações de Engels relativizando a presença da economia não abrandaram o peso do trabalho para interpretação da vida social (ENGELS, s/d).

Nessa mesma levada, os marxistas também procuraram nas suas releituras manter o trabalho como categoria fundante. Ainda que a produção marxiana esteja constituída “. . . por uma pluralidade de leituras e apropriações dos textos do fundador . . .” (MOTTA, 2009, p. 26), no campo das representações ganhou maior vigor a ideologia. Qualquer que seja sua acepção, a ideologia “. . . ocupou lugar proeminente na superestrutura imaginada pelo filósofo alemão” (MOTTA, 2009, p. 27). Fortemente marcada pela racionalidade

do pensamento oitocentista europeu, a ideologia se tornou, no campo das representações relacionadas ao poder, a maior expressão marxista.

Ainda de acordo com Bronislaw Baczko (1985), as representações específicas de uma classe são expressas pela ideologia, veiculada pelas instituições. Remetendo a uma tomada de consciência, a ideologia consegue atender a dois objetivos: desconfigurar e omitir as relações de classe e, concomitantemente, expressar o interesse de classe (BACZKO, 1985). A eficácia da ideologia para a manutenção do poder está no domínio da estrutura produtiva.

Norberto Bobbio (*apud* STOPPINO, 1988), diferencia ideologia no sentido fraco e forte. No primeiro caso, se refere a ideias como conceito neutro, tendo como objetivo direcionar as condutas públicas. A Ideologia forte faz referência ao domínio de classes marxista através de uma consciência falsa: “Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política” (STOPPINO, 1988, p. 585).

De acordo com Mario Stoppino, a ideologia “. . . tem como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (STOPPINO, 1998, p. 585), ainda que diretamente relacionados com a falsidade. Nesse sentido, analisar o poder traria, para a visão marxista, importante ferramenta, pois aponta a instabilidade ou regularidade de uma estrutura.

Jacob Gorender (1989) reforça o sentido de ideologia como consciência falsa. Apesar de não ser necessariamente deliberada, Gorender afirma que “. . . manipulação e propagandismo têm matriz na ideologia” (GORENDER, 1989, p. XX). Ainda de acordo com Gorender, a forma mais elaborada de ideologia é o fetichismo da mercadoria.

Fetichismo da mercadoria seria a naturalização da mercadoria como um valor exclusivamente material, um encantamento, deixando oculta a propriedade social do trabalho (MARX, 1994). Ainda segundo o princípio marxista, a partir do fetiche, o capitalismo amplia seu domínio, exercendo seu controle no cotidiano. Há uma penetração da esfera da produção em todas as atividades humanas, mercantilizando as esferas sociais, políticas e espirituais. Esse avanço dos princípios do fetiche da mercadoria além da produção, ocupando todos os espaços do comportamento humano, é chamado de reificação.

Mas tanto fetiche como a reificação não escapam da ação racional, da promoção consciente de uma classe sobre outra. Há um sentido, um movimento direcionado e cons-

ciente de um Modo Produtivo no sentido de conservar o poder: “O poder do fetiche é muito maior do que conseguimos imaginar, porque o fetiche não é simbólico, porque o capitalismo naturalizou o artifício” (SANTOS, 1982, p. 89). Do mesmo modo ocorre com o processo de reificação: “Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual” (PAULO NETTO, 1981, p. 81-82).

Mesmo que, posteriormente, marxistas tenham revisitado e ampliado o conceito de ideologia, permaneceu seu caráter racional, construção própria de uma classe em reconhecimento de si mesma e como ferramenta consciente do domínio político :

A ideologia . . . guarda sempre um viés bastante racional. Não há quase lugar para o não-racional no olhar ideológico. No fundo do ideológico há sempre uma interpretação, uma explicação, uma elucidação, uma tentativa de argumentação capaz de explicitar. Há algo, racional, que derivará da aplicação da noção de ideologia. A ideologia é uma premissa que deve levar, necessariamente, a um desvendamento. A ideologia, portanto, é sempre pensada, passível de racionalização (MAFFESOLI, 2001, p. 76-77).

Sobre essas análises políticas contemporâneas, Raoul Girardet afirma que: “Com algumas exceções, e essas exceções são recentes, todas tendem a restringir sua exploração ao domínio exclusivo do pensamento organizado, racionalmente construído, logicamente conduzido” (1987, p. 09). Segundo Girardet, essa primazia do racional é uma herança da civilização ocidental construída a partir da modernidade.

O medo e o poder

Através da tendência marxista em privilegiar a política a partir da razão, a questão posta seria: é possível analisar o poder através apenas de comportamentos racionais? Ter o medo como uma reação geradora de poder não apontaria para outras representações além da ideologia? Como relacionar poder e medo?

Para Bauman (2008), o temor à morte é o arquétipo de todos os medos, pois funda a insegurança diante da permanência da vida e dos seus riscos: “Medo é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além dos

nossos alcances” (BAUMAN, 2008, p. 08). Para Bauman, o medo não é apenas uma manifestação do sentido, mas de uma ação diante dos riscos e incertezas: “O medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva. Os seres humanos compartilham essa experiência com os animais . . . que todos, como no caso de seres humanos ao enfrentar uma ameaça, oscilam entre as alternativas da fuga e da agressão”. (BAUMAN, 2008, p. 09).

Delumeau (2009), analisa o medo como uma emoção provocada diante de uma percepção de perigo que pode trazer alguma ameaça. Relacionado, portanto, com experiências e vivências humanas. É uma percepção de uma ameaça à vida, sendo assim uma reação biológica, vinculada à preservação.

Ainda segundo Delumeau, o medo como um dispositivo fisiológico, tem reações biológicas semelhantes a qualquer outro animal: aceleração ou redução dos batimentos cardíacos, secreção nas glândulas, estreitamento ou alargamento dos vasos sanguíneos, paralização dos movimentos ou reação agressiva. No entanto, no ser humano adquire mais complexidade do que nos outros animais, estes limitados à manutenção da vida. Há no ser humano a construção do medo diante de riscos reais bem como daqueles construídos pela imaginação, que ganham amplos desdobramentos. Desse modo, entre as emoções, o medo é uma das atitudes mais regulares no ser humano (SOLOMON *apud* SANTOS, 2003).

Segundo Júlio França (2011), o medo também está relacionado à manutenção da vida, proteção diante da incerteza e do perigo, sendo uma emoção ligada ao instinto de sobrevivência. É uma reação típica do ser humano, mas também presente em outros animais quando há algum risco à vida: “. . . está intimamente ligado aos mecanismos de autopreservação” (FRANÇA, 2011, p. 59).

Citando Mira Y López, Vanderlei de Castro Ezequiel (2016) reforça o medo como uma reação biológica na sua origem, um estado que não é da mente, mas de um sistema neuroendócrino. Na convivência social, de acordo com Ezequiel (2015), o medo tem o papel de mediador do indivíduo e o mundo, capaz de trazer mais segurança às situações desconhecidas, reelaborando as informações a partir dos riscos da realidade vivenciada. Diante dos muitos riscos surgidos nas complexas convivências do dia a dia, o sentimento de medo vai assumindo diversos formatos sociais: “Em todas as dimensões, o medo exer-

ce um papel essencial na diversidade de jogos relacionais que caracterizam nossas trocas cotidianas” (EZEQUIEL, 2015, p. 100).

Para Luciana Oliveira dos Santos (2003), nossas experiências emocionais são externalizadas através de uma linguagem pública, vivenciadas em determinado contexto. Portanto, essas vivências emotivas, entre elas o medo, são partilhadas no nosso entorno. Como as outras emoções, o medo muda não só de formas como também sua própria concepção. Ou seja, ainda que o medo esteja presente como sentimento humano, ele diferencia-se de cultura para cultura, sofrendo também variações históricas: “Pensar assim implica aceitar que diferentes jogos de linguagem e diferentes formas de subjetivação originarão formas distintas de entender e experimentar o medo” (SANTOS, 2003, p. 49).

Ora, todas as reações citadas diante do medo são os fundamentos do exercício do poder: a garantia diante de uma ameaça, a proteção às incertezas, a segurança às situações desconhecidas, a busca em diminuir os riscos. Estando medo e poder imbricados, como o pensamento marxista incorpora a correlação dessas categorias em suas análises?

Poder e razão no marxismo: e o medo?

Ao admitir que “manter os homens com vida . . .” (MARX, 1989, p. 23), através da alimentação e vestimentas, por exemplo, Karl Marx considerava que a produção era o principal componente para entender os diversos aspectos das relações sociais. O trabalho seria a categoria fundante do ser social, o diferenciando dos outros seres vivos, e, portanto, surge como determinante na análise de Marx e marxistas.

No entanto, a reflexão inicial proposta nessa pesquisa é a de considerar outros elementos como fatores de preservação da vida, capazes de compor a essência humana e também como produtor da vida social. É o caso da insegurança diante dos riscos à existência desde os primórdios do ser humano, tanto contra o ataque de animais como de seus pares. Corresponde a um perigo real, sendo acompanhada pelo medo como reação primeira e imediata diante de uma ameaça. Assim foi e continua sendo uma resposta à realidade vivenciada, experiência humana relacionada com a manutenção da vida, semelhante ao comer e o vestir.

Através do controle de um indivíduo ou um grupo sobre outro ou outros, por um lado, ou submeter ao domínio pelos riscos do enfrentamento, por outro lado, há maior garantia da preservação da vida. Na medida em que se tem assegurado a vontade de um sobre o outro, as incertezas e os riscos diminuem. O medo, considerado aqui como base das relações do poder, emerge nas representações a parte mais primitiva do cérebro humano, fragilizando as explicações exclusivamente racionais comumente adotadas.

Por sua vez, quem assume o papel de verter socialmente o medo, quem traz maior segurança ao desconhecido, é o poder. O poder é a linguagem pública do medo, relacionado à manutenção da vida. Tem igualmente o papel mediador entre o ser humano e a natureza. O medo e seus desdobramentos sociais como reação de possíveis riscos de outros indivíduos possibilitam um reconhecimento do poder como categoria autônoma.

Assim, não apenas o trabalho pode ser pensado como uma categoria fundante, pois não é apenas o beber, o comer, o morar, o vestir-se, que garante a sobrevivência. Materialmente, proteger-se contra a ameaça do outro também é uma forma de manutenção da vida. Essa defesa, que tem sua origem no medo e que se alarga nas relações de poder, independe do trabalho, ainda que ambos se entrecruzem nas relações sociais constantemente. Poder que sobrepõe em diversas circunstâncias, diante dos riscos à vida, as variantes de uma leitura a partir do trabalho (caso, por exemplo, da luta de classes). Poder como uma categoria autônoma, não como um componente da superestrutura. Poder como uma condição de sobrevivência descolado do trabalho, capaz de produzir suas próprias representações.

Diante da diversidade relacional, dos muitos riscos surgidos nas complexas convivências do cotidiano, o poder vai assumindo múltiplos formatos sociais. Ora, o poder, como o trabalho, tem um caráter dinâmico, um processo que sofre variações temporais e culturais, produzindo em sua construção bases diversas, tendo historicamente peso, alcance e domínio específicos. O poder religioso ou o poder patriarcal, por exemplo, são resultados das relações sociais historicamente construídas, se tornando exemplos atuais de forças extremamente complexas.

A partir dessa interpretação, o poder se apresenta como categoria autônoma, capaz de produzir nas relações humanas tensões que independem da luta de classe. Implica em também incluir formas de entender outras representações. Conseqüentemente,

oportuniza uma releitura em relação às representações humanas, pois amplia o caráter intencional das ideologias e seus aspectos racionais. Há, na inclusão de novas representações “. . . múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (BERSTEIN, 1998, p. 350). A aplicação de categorias de diferentes áreas nas diversas relações de poder entram no território da política dando novas dimensões para se analisar as disputas individuais e/ou coletivas.

A autonomia da categoria poder e suas representações

Francisco J. C. Falcon afirma que a produção do conhecimento ocidental tendeu a privilegiar a racionalidade, resultando que “. . . a ‘fantasia’, a ‘imaginação’, a ‘ficção’ foram postas sob suspeita e, no limite, remetidas ao campo do ‘irracional’” (FALCON, 2000, p. 46). Em outras palavras, o pensamento ocidental a partir da modernidade domesticou o medo. A análise política se voltou para o comportamento racional, se consolidou como fundamento da produção do conhecimento, chegando muito viva ao século XXI.

Porém, ao relacionar de forma direta medo e poder, torna-se possível vincular política não apenas por condutas manipuladas ideologicamente e racionalmente, mas também em manifestações espontâneas, formadas por experiências coletivas próprias e fortemente identificadas com uma parcela expressiva da sociedade. O que é justificável, pois, na conservação natural da vida, situações de risco são retratadas por reações baseadas no medo, que estarão sempre presentes.

Reconhecendo que todos os seres humanos vivem situações de incertezas, e que o medo é uma reação natural diante dos riscos e ameaças, não deveria a racionalidade a única orientação a ser seguida. Considerando essa leitura, se faz necessário incorporar nas análises o lado instintivo humano, com sua face fluida e obscura. O que não significa a ausência de parâmetros para analisar as relações de poder. Se, na pesquisa, a política e seu objeto exigem regularidade, não implica que ela seja adotada tendo como princípio apenas ações racionais. A busca da racionalidade deve estar na produção do conhecimento e não necessariamente nas ações e reações coletivas.

Não se trata de ignorar as ações racionais nas relações de poder, mas buscar um alargamento nas análises políticas, pois, segundo Girardet, “Tudo o que escapa às formulações demonstrativas, tudo o que brota das profundezas secretas das potências oníricas permanece, de fato, relegado a uma zona de sombra, na qual bem raros são aqueles que ousam penetrar” (1987, p. 10).

Para tanto, há de se apreender as idas e vindas de ações coletivas com as características aparentemente pouco compreensíveis a partir de novos olhares teórico-metodológicos. Torna-se relevante perceber a dinâmica das experiências coletivas, como sua lógica própria ou como a produz.

Cada coletivo apropria das atitudes específicas para manutenção da vida, contando com os mecanismos de proteção que tem ao alcance. Em comportamentos partilhados ocorrem condutas com diversas variações regionais, historicamente construídas, produzindo em comunidade procedimentos duradouros e estabelecendo regras próprias, podendo ou não dialogar com mecanismos legais. Ora, essas relações não são formadas em planos lógicos pela qual se busca maximizar satisfações e minimizar custos objetivando eficácia. A política não está vinculada estritamente à produção, nem em tensões exclusivamente baseadas em luta de classes, nem tão pouco ao aspecto legal formalizado pelo Estado.

É alicerçado nessa perspectiva que se propõe nesse artigo ampliar o leque de análise dos comportamentos sociais, inclusive retirando das camadas excluídas politicamente o papel passivo de um segmento manipulado e provocar investigações quanto aos múltiplos e dinâmicos interesses construídos socialmente. Ocorre assim a ruptura de uma leitura vertical na qual tornam invisíveis grupos aparentemente pouco participativos (e conseqüentemente pouco agraciados) nas vantagens envolvendo a coisa pública.

Ao mesmo tempo, alcança um fio de relações domésticas que se entrelaçam com os espaços além da casa e interação entre si em redes complexas, muitas vezes difusas, mas não incompreensíveis. A partir desse entendimento, o poder é exercido no seu cotidiano e por múltiplos atores. Incorporado à política macro, mas também micro. Isso significa que o poder e as suas representações não apenas manipulam, mas também agem por variados interesses e arranjos no mundo do cotidiano.

O poder, o medo e a racionalidade são componentes presentes no universo político e ganham formatos múltiplos em diferentes contextos. No campo das representações, ao privilegiar a ideologia para entender a política, ignora-se ações na vida pública que não são essencialmente racionais, ou, se o são, assumem especificidades que distanciam dos padrões utilitaristas e planejados dentro de uma lógica ocidental. O poder constrói resultados dentro de uma lógica própria, produzindo outras formas de representação, como o Imaginário Social.

O imaginário social se compõe através de forte apelo emocional, como sonhos, princípios morais, desejos, etc. Isso não quer dizer que no imaginário, com seu caráter afetivo, haja a ausência da razão, mas ocorre um afastamento de raciocínio lógico como condutor ou justificador de suas ações, distanciando do conceito de ideologia. Na visão de Laplantine e Trindade (1997), essa afetividade existente desafia o pensamento científico, mas não retira do imaginário uma lógica interna, produzido a partir das experiências históricas e toda sua carga de valores, sentimentos e projeções construídos.

Bronislaw Backzo (1985) entende que o imaginário social não só “traduz” a realidade como implica em atitudes comuns, envolvendo experiências humanas carregadas de afetividades e emoções, ou seja, não necessariamente racionalizadas, inclusive na arena política.

Caminhos possíveis para novas leituras do poder: as instituições, as representações, os ritos

Um debate permanente nos estudos sobre o poder é a sua aplicabilidade. A busca de delimitações tem sido um aspecto central na produção do conhecimento. Muito se tem debruçado em uma tipologia eficaz, com o intuito de favorecer uma melhor compreensão e aplicação para os seus estudos. Max Weber (1982) já propunha a divisão de classe, estado e partido como distribuição de poderes. Desde então, as fontes e as dimensões do poder foi um debate que se estendeu por todo século XX².

² Fazendo referência apenas a alguns estudos mais recentes, Steven Lukes (1974), Michael Mann (1992, 1993), Isaac Ariail Reed (2014), são autores que propõem o uso de dimensões e tipologias para aplicar nas análises do poder.

No entanto, a adoção desses modelos preservam o reducionismo racional de meio e fim presentes na teoria, bem como a inseparável ligação entre política e Estado. No caso do marxismo, incorpora, além do Estado e a ideologia, a luta de classes. *Não respondem tudo*. Ainda que seja fundamental e indispensável o uso das bases epistemológicas que sustentam os estudos sobre poder, ações racionais e o Estado nem sempre são centrais nessas relações. Especialmente ao considerar que o poder deriva do medo, que é uma reação biológica humana e que ocorre a partir de espaços de vivências delimitados e muitas vezes autônomos.

Aproximar poder ao medo apresentam desdobramentos significativos no campo teórico e metodológico, pois aliança uma manifestação de sentidos relacionada ao instinto de sobrevivência às experiências humanas construídas de forma coletiva. Ou seja, tratar as relações de poder através de estruturas estanques, a partir de uma perspectiva holística, não vai responder às questões quanto ao recorte espacial onde atua o poder. É no território (não necessariamente espaços demarcados fisicamente) e as suas relações específicas a referência para uma análise mais segura acerca desse poder.

Uma maneira de tornar visível o poder está na identificação de mecanismos coercitivos próprios estabelecidos internamente pelos grupos. A percepção das relações de poder passa pelas regras instituídas pela coletividade. São as instituições que tornam descobertas as relações de poder reconhecida por quem partilha vivências comuns.

De modo geral, explícita ou implicitamente, estão inerentes a qualquer vida coletiva a presença de regras e uma estrutura que determina princípios a uma dada ordem social, ou seja, a existência de instituições. Procurando estabelecer um conceito à Instituição, Douglass C. North (1995) centrou como elemento definidor dois aspectos: as interações humanas e o papel limitador dessas relações. Para North, só é possível uma interação humana a partir de limitações estabelecidas, que são realizadas pelas instituições. Ou seja, as instituições estruturam o cotidiano, dão formato às relações sociais: “Las instituciones son las reglas del juego em una sociedad o, más formalmente, son las limitaciones ideadas por el hombre que dan forma a la interacción humana” (NORTH, 1995, p. 13). Em suma, criar a ordem e reduzir o máximo às incertezas são funções das instituições: “Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange” (NORTH, 1991, p. 97).

Portanto, as instituições reduzem as vicissitudes e as dúvidas da convivência social, possibilitando certa previsibilidade nas ações humanas. Cabe às instituições estabelecer uma estrutura estável e diminuir as incertezas. Carrega um elemento definidor para práticas do cotidiano, oferecendo uma resposta provável para as mais banais escolhas sociais ou para decisões de maior complexidade. Como papel limitador e regulador de comportamentos, as instituições são propensas à durabilidade, ainda que sujeitas às mudanças. De acordo com North, as instituições podem ser formais ou *informais*, tanto podendo encarnar nas constituições dos Estados como também podem ser construídas e se incorporarem ao direito consuetudinário.

Segundo Margareth Levi (1991), tradicionalmente a ordem construída pelas instituições se sustenta pela coercitividade e pela barganha, tendo como aspecto central o poder dentro desse processo. Em qualquer forma de estrutura institucional estão presentes elementos coercitivos aliados com elementos contratuais.

A instituição é uma imposição, é sempre um apelo à ordem, aspirações impostas tanto em privilégio quanto em deveres. A face visível do poder. Mas não funciona por si só. De acordo com Backzo (1985), imaginário e poder estão entrelaçados. Há uma função de multiplicidade e complexidade no uso das representações coletivas no poder político, onde o imaginário assume um importante e diversificado papel, quer seja no uso dessas representações como forma de legitimar o poder ou da recusa dessa dominação. O imaginário social é um aspecto de uma coletividade, onde se elaboram representações próprias que respondem a conflitos, tensões e consensos.

O poder precisa do imaginário como forma de se legitimar. A reação, do mesmo modo, precisa de construções imaginárias para por em causa o poder estabelecido. O poder se estabelece e se conserva através de “. . .dispositivos extremamente variados e bem ‘reais’ de proteção, senão de repressão, com vista a assegurar-se do lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais” (BACZKO, 1985, p. 310). Ainda de acordo com Baczkó, um exemplo claro para as mobilizações do imaginário pode ser dado quando ocorrem ataques externos a uma comunidade, no qual se utilizam intensas energias dos membros invadidos em favor da autodefesa.

Os sistemas simbólicos mais estáveis tornam-se motivações para existência e ação dos grupos sociais, operando no imaginário social a partir das experiências somadas

a desejos, temores, esperanças, etc. Há no imaginário social a construção de símbolos que asseguram a um grupo social interpretações diversas e complexas, propondo uma adesão de sistemas de valores, levando o indivíduo a ações comuns e construindo modelos de comportamento no qual “. . .suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos.” (BACKZO, 1985, p. 316). Essas representações, sendo forças que regulam a vida coletiva, produzem identidades que delimitam territorialidades ambientais ou representativas, formando alianças e rivalidades.

A instituição é composta por uma rede simbólica contendo representações, que, por sua vez são reforçadas por ritos, quer sejam nos cerimoniais ou no cotidiano: “As homenagens a fatos históricos ou míticos, os aniversários, velórios, cortejos fúnebres, casamentos e batizados religiosos são rituais de reatualização dos acontecimentos passados” (LAPLANTINE, TRINDADE, 1997, p. 23). Imaginário, ritual e instituição estão diretamente relacionados. Para que o ritual funcione é fundamental que seja legítimo, estando o agente atuando em nome de uma instituição.

A comprovação que o ritual é eficiente está na crença de todos na sua validade, mas para tanto é preciso mecanismos sociais que produzam uma cumplicidade. Portanto, é necessário que o ritual e a sua face mais explícita, a liturgia, com todas as suas prescrições que dirigem suas manifestações públicas, funcione e opere desde que seja percebido como legítimo. São as vivências, normatizadas pelas instituições e reforçadas em ritos, que vai tornar desnudar as relações de poder e as representações por elas construídas.

Portanto, a identificação das instituições, do imaginário social e seus rituais de reforço podem ser um passo significativo para instrumentalizar a análise do poder. Esses princípios reguladores não estão necessariamente explícitos nem previstos em leis. No que justifica o entendimento do cotidiano em suas múltiplas ações realizadas de forma coletiva. Especialmente em ambientes de regras estabelecidas por arranjos informais, menos visíveis do que o direito e suas leis, não é possível estabelecer a rigidez analítica a partir de um quadro estrutural estanque.

Diante da realidade posta, é necessário perceber as regularidades da vida coletiva em todas as suas dimensões. Privilegia-se nesse aspecto o imbricamento das relações econômicas, sociais e culturais desses grupos, não estabelecendo o poder fragmentado

em compartimentos, mas em cruzamentos de forças realizados pelos atores através de suas vivências. Reconhecer as relações de poder passa pela identificação e as condições de vida de seus atores, do ambiente que vivem e das diversas formas que se relacionam entre si, em especial as regras que determinam essas convivências.

A mudança no referencial teórico modifica toda a pesquisa, a começar pela abordagem do problema. Exige o reconhecimento da autonomia do poder como categoria, modelos de instituições fora da arena formal, bem como o uso de novas formas de representações, como o imaginário social e seus reforços ritualísticos. Por sua vez, a utilização de metodologias capaz de dar amparo a esse tipo de pesquisa só se tornariam possíveis a partir de um trabalho multidisciplinar. Um diálogo entre a Política, a Psicologia e a Antropologia. Esta cumpriria um papel fundamental nas análises de poder, pois a dinâmica e dos muitos formatos das instituições passaria necessariamente pela observação direta, uma imersão total através da pesquisa de campo. O trabalho etnográfico assume por intermédio dessa proposta a ruptura com a rigidez e superficialidade das metodologias tradicionais das Ciências Políticas e da Sociologia.

Conclusão

A produção do conhecimento a partir da modernidade encontrou na ação racional uma base segura para analisar a política. O que não estava incluso ao comportamento racional nos jogos de poder acabou sendo negligenciado pela pesquisa. Sentimentos, como o medo, passaram a ser subjugados por orientações pelas quais os interesses coletivos se fundam em estratégias, ora tendo como protagonismo de grupos ou classes organizadas, ora o Estado como campo privilegiado.

Consolidado nos estudos atuais, o paradigma do ser humano racional nas Ciências Humanas é um desafio. Há um caminho longo a percorrer na produção do conhecimento para constatar se, nas relações de poder, prepondera o comportamento a partir dos cálculos baseados na razão para as decisões coletivas. Mas um ponto de partida para essa discussão é propor a análise de outras ações e representações construídas pelas relações de poder além da conduta racional.

As vivências humanas coletivas apontam experiências emotivas que, diante de situações desconhecidas, assumem nas relações sociais a segurança no controle do outro. Portanto, o poder surge de uma ação motivada inicialmente pelo medo, impossibilitando pensá-lo a partir de bases exclusivamente racionais.

Na produção acadêmica em geral, incluindo a marxista, há uma dificuldade em tratar os movimentos políticos fora da conduta racional, privilegiando a ideologia como elemento central no campo das representações. Porém, ainda que muito custoso em termos teóricos e metodológicos, as reações de medo e seus impactos coletivos (caso do imaginário social) não devem ser secundarizados na produção do conhecimento. Mesmo que o poder, a partir desse quadro, carregue uma lógica própria muito menos visível e com maiores dificuldades de mensuração do que comportamentos racionais.

Ainda que seja o objeto da política, o poder tem sido usado fundamentalmente na arena das relações formais, especialmente o Estado. Repensar o poder enquanto categoria é enfrentar o desafio que vem sendo colocado por debaixo do tapete há séculos, qual seja, o reconhecimento de ações não racionais como elementos fundamentais para o entendimento da política. Ampliar as bases conceituais bem como novas metodologias que sejam capazes de perceber as regularidades desse poder (não apenas na face mais visível) estaria nessa agenda. Especialmente porque a leitura a partir de comportamentos racionais não têm sido suficientes para responder às dinâmicas globais e suas relações com as especificidades regionais.

Referências

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.) *Enciclopédia Emandi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1985.

BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, , Oct. 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Jan. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*. p. 362-363. Lisboa: Estampa, 1998.

DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ENGELS, Friedrich. Carta de F. Engels a Bloch, 21-22 set. 1890, In. Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, vol. 3, s/d.

EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. Discurso do medo e ódio político na disputa eleitoral brasileira de 2014. *Aurora, revista de arte, mídia e política*. São Paulo, v. 8, p. 98-119, jun.-set. 2015.

_____ Discurso do medo nas eleições presidenciais de 2014. *Em debate*, Belo Horizonte, v. 8, p. 28-34, mai. 2016.

FALCON, Francisco. História e representação. In CARDOSO, Ciro. F & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

FRANÇA, Júlio. Fontes e sentidos do medo como prazer estético. In. *Insólito, mitos, lendas, crenças* – Anais do VII Painel Reflexões sobre o Insólito na narrativa ficcional/ II Encontro Regional Insólito como Questão na Narrativa Ficcional – Simpósios 2/Júlio França (org.) – Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011. p. 58-67.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. In. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

KAPLAN, Abraham. LASSWELL, Harold. *Poder e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liana S. *O que é imaginário*. p. 24-25. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEVI, Margareth. Uma lógica da mudança institucional. *Dados*, 34 (1): 79-99, 1991.

LUKES, Steven. *Power: A Radical View*. London: Macmillan Press, 1974.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 15, agosto 2001, quadrimestral. p. 74-82.

MANN, Michael. *The sources of social power*. v. 1. New York: Cambridge University Press, 1992.

_____. *The sources of social power*. v. 2. New York: Cambridge University Press, 1993.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. Prefácio. In *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.

NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional Y desempeño económico*. Fondo de Cultura económica: México, 1995.

_____. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*. Volume 5, Number 1. Winter 1991. p. 97-112.

PAULO NETTO, José. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

REED, Isaac Ariail. Poder: dimensões relacional, discursiva e performática *Revista Sociedade e Estado* - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014.

REIS, Fábio. Wanderley. *Política e Racionalidade*: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010.

SANTOS, Laymert G. *Alienação e capitalismo*. Brasiliense: 1982.

SANTOS, Luciana Oliveira dos. O medo contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões. *Psicologia ciência e profissão*, 2003, 23 (2), p. 48-55.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In *Dicionário de Política*. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Brasília: Editora Unviersidade de Brasília, 1998.

WEBER, Max. Classe, Estamento e Partido. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro:LTC, 1982.

WUNENBURGER, Jacques. Imaginário e as estruturas paradoxais da linguagem simbólica das imagens. *Educere et educare*. Vol. 8 nº 16 Jul./dez 2013. Cascavel p. 311-319.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/2020

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424